MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

COORDENAÇÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SÍNTESE DE ESTUDOS TÉCNICOS

Proposta de Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo

ABRIL/2025

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

COORDENAÇÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SÍNTESE DE ESTUDOS TÉCNICOS

Proposta de Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo

Laís Jabace Maia – DAT/CGCAP

Luís Valarini Filho – CTT Lagoa Santa

Verônica Novaes – COCUC/CGCAP

O presente documento consiste em uma síntese dos estudos técnicos e relatórios desenvolvidos durante a fase analítica dos processos de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo para subsidiar a fase consultiva.

ABRIL/2025

SUMÁRIO

I - Introdução 5
II – Proposta de Criação 6
III - Objetivos 7
IV - Apresentação 8
V – Conceitos-Chave 11
Bioma 11
Ecossistema 11
Ecorregião 11
Biogeografia 12
Fitogeografia 12
Povos e Comunidades Tradicionais 12
Unidade de Conservação (UC) 12
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) 13
Consulta Pública 14
VI - Contextualização regional 15
VII – Aspectos ambientais, diversidade de Paisagens e ecossistemas, estado de conservação 16
MEIO FÍSICO 18
Clima 18
Hidrografia 18
Geologia/Relevo/Solos 20
MEIO NATURAL 21
Flora 21
Fauna 23
VIII – Aspectos socioeconômicos, culturais e institucionais da unidade 26
XIX - População tradicional beneficiária da Unidade de Conservação e outros usuários, suas formas de organização e de representações social 27
Os Geraizeiros 27
Os Quilombolas 27

X - Histórico e formas de uso e ocupação do território 29
XI - Práticas produtivas, uso e manejo dos recursos naturais..... 31
XII – Principais ameaças, conflitos e impactos ambientais e sociais..... 33
XIII - Situação fundiária 35
XIV – Considerações Finais 36
XV – Mapa da Proposta 37
XVI - Referências bibliográficas..... 38

Síntese de Estudos Técnicos

Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo

"Cada roda tem seu fuso, cada terra tem seu uso"[1].

I - Introdução

O presente documento consiste em uma síntese dos estudos técnicos e relatórios desenvolvidos durante a fase analítica dos processos de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo.

O processo 02070.003562/2009-53 trata de proposta para criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Córregos Tamanduá e Poções, a partir do pleito de comunidades tradicionais geraizeiras, em áreas localizadas em Riacho dos Machados.

Posteriormente, o processo 02126.002461/2023-21 traz a solicitação para criação de um Parque Nacional nos municípios de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas e Serranópolis de Minas, para proteção da bacia do rio Peixe Bravo a partir de consistentes pesquisas ambientais a respeito da relevância da área.

Após avanços dos estudos técnicos e a partir de visitas técnicas à região, considerando a existência de diversas comunidades tradicionais e quilombolas, definiu-se de forma consensuada, entre instituições e populações locais, pela unificação destas estratégias para conservação dos territórios sob a categoria de RDS como mais adequada.

Este Relatório Síntese busca sistematizar e reproduzir, de maneira resumida, o embasamento técnico que subsidia as propostas de criação dessa RDS, permitindo acesso às informações para o debate qualificado durante a etapa consultiva. Compõe, portanto, subsídio ao processo participativo de consulta pública para criação das Unidades de Conservação.

[1] Entrevista com geraizeiro (Carrara, 2003).

II – Proposta de Criação

A partir dos estudos técnicos apresentados, verificou-se que a região em estudo possui áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e ocupações humanas tradicionais com riquezas culturais e históricas, mas com certo grau de vulnerabilidade social.

Tal fato, demonstra a necessidade de assegurar a conservação ambiental juntamente com a proteção do modo de vida tradicional das populações locais.

Assim, o presente estudo tem por objeto a criação da **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo**, que consiste na melhor alternativa técnica, social e ambiental para a realidade local, buscando garantir a proteção dos territórios de forma que as comunidades entendem eficaz e compatível com seu modo de vida.

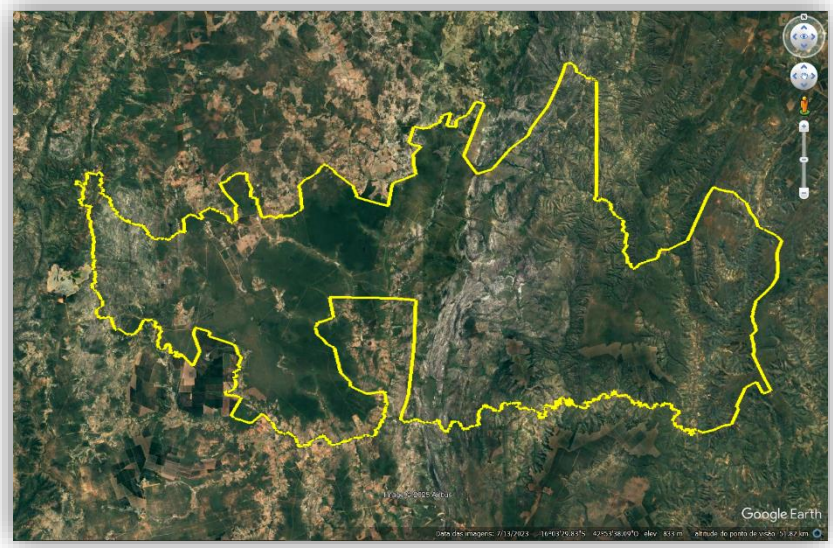


Figura 01 – Limites da Proposta da RDS

III - Objetivos

Como dito anteriormente, a presente proposta tem como objetivo assegurar a conservação ambiental e a proteção do modo de vida tradicional das populações locais. A ocupação de geraizeiros e quilombolas na região evidencia o imbricamento desses povos com a natureza, sendo notório o conhecimento empírico associado a esses ecossistemas.

Destacam-se a importância de garantir: (i) o equilíbrio ecológico para a manutenção do abastecimento de água na localidade, cujo clima é semiárido; (ii) o fortalecimento da governança regional; (iii) a qualificação social para a conservação e discussões sobre as pressões sobre as paisagens; (iv) a regulação de empreendimentos de potencial impacto ambiental sobre o Geossistema Ferruginoso Peixe Bravo e adjacências; (v) a participação da União nos processos decisórios e promotora de desenvolvimento de base conservacionista.

Foto 01 – Vista Geral da Região

IV - Apresentação

A primeira proposta de proteção dos cerrados e das comunidades que vivem nas áreas de chapadas e vazantes drenadas pelos cursos d'água Tamanduá, Poções e Vacaria surgiu quando da implantação do Projeto de Assentamento (PA) Tapera - Nossa Senhora das Oliveiras em 1993, pois a área do Córrego Preto, de uso da comunidade do PA, ficou de fora dos limites do assentamento recém-criado pelo INCRA-MG.

Assim, em 2003, durante a revisão do licenciamento ambiental do PA Tapera junto aos órgãos ambientais, a comunidade propôs incorporar a área do Córrego Preto ao assentamento através da criação de uma Reserva Extrativista. Já existiam estudos de 2007 contemplando os aspectos ambientais, socioeconômicos e fundiários, devidamente analisados e aprovados pela área técnica no ICMBio, os quais identificaram que a região se encontra numa área de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga e Cerrado e Mata Atlântica. A demanda partiu da população das comunidades de Córregos, Poções e Tamanduá que tem seu modo de vida baseado na agricultura familiar e extrativismo de frutos silvestres como o pequi, mangaba, murici, coquinho dentre outros, além da criação de gado e outros animais. O processo foi aberto no ICMBio em 2009 em função da solicitação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM).

Inicialmente a proposta era de uma Reserva Extrativista – RESEX, mas no andamento do processo a categoria foi alterada para Reserva de Desenvolvimento Sustentável por ser mais adequada ao modo de vida Geraizeiro. Foram realizadas vistorias *in loco* nos anos de 2010, 2011, 2012, 2024 e 2025 com reuniões junto às comunidades tradicionais dos Geraizeiros e Quilombolas demandantes da proposta, para esclarecimentos e buscando aprimorar os limites da proposta. Também houve reuniões por videoconferência com a população local e apoiadores. As visitas técnicas foram consistentemente articuladas com as lideranças do território, tendo a programação sido construída conjuntamente com a finalidade de realização de oitivas e diálogos qualificados para composição de processo participativo, informado e amplo. O processo tem manifestações da Procuradoria da República no Município de Montes Claros/Janaúba/MG, solicitando informações sobre o andamento da proposta de criação da RDS de Córregos Tamanduá e Poções.

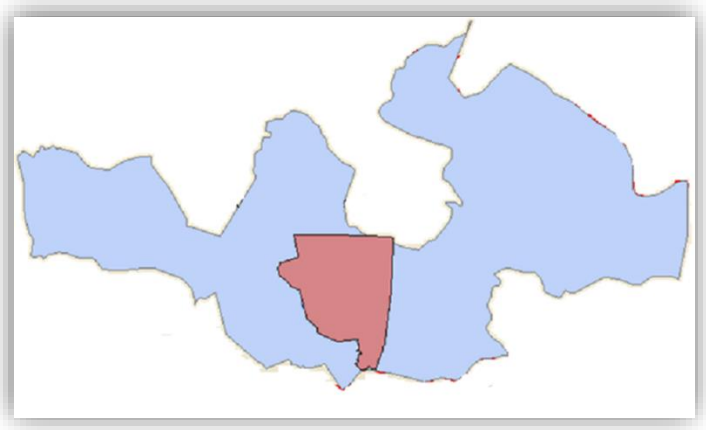


Figura 02 – Representação do desenho da Primeira Proposta de UC (área do PA Tapera em rosa).

Em 2023, iniciou-se no ICMBio o processo de criação do Parque Nacional (PARNA) Peixe Bravo, na porção norte mineira da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Tal proposta foi demandada por várias instituições: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, ADERI – Agência de Desenvolvimento Regional Integrado, Instituto Prístino, Instituto Grande Sertão, Instituto Ekos e o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

A partir da Oficina de Trabalho "Critérios e Priorização para a Criação de Unidades de Conservação Federais", realizada pelo ICMBio entre janeiro e fevereiro de 2024, em Brasília, que contou com a participação de representantes de órgãos e entidades públicas, pesquisadores e representantes de organizações não governamentais e povos tradicionais, constatou-se a impossibilidade de Unidade Proteção Integral na bacia do Peixe Bravo, pois havia população no polígono proposto.

Também foi observada sobreposição com parte do polígono da proposta da RDS Córregos Tamanduá e Poções. Assim, ficou acordado junto aos demandantes de ambos os processos, a unificação das propostas em uma de Uso Sustentável.

Nesse sentido, os demandantes da proposta do PARNA Peixe Bravo enviaram ao ICMBio uma carta de retirada da solicitação desde que a área do seu polígono fosse reunida à do polígono da RDS Córregos Tamanduá e Poções, compreendendo que os aspectos ambientais da região estariam bem protegidos pela presença e modo de vida dos Geraizeiros e Quilombolas que a habitam.

Também em 2024 ficou definida que a proposição seria prioritária na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do ICMBio. Em 2025 a proposta de criação do Parque Nacional do Peixe Bravo foi formalmente reunida à proposta inicial da RDS Córregos Tamanduá e Poções, resultando no acréscimo da área do Quilombo Peixe

Bravo, do município de Rio Pardo de Minas à proposta. Além disso foi incluída uma área do município de Serranópolis correspondente à região a leste do Parque Nacional de Serra Nova – Talhado. No entanto, algumas áreas a nordeste foram suprimidas após consideração da viabilidade diante das dinâmicas político-econômicas locais.

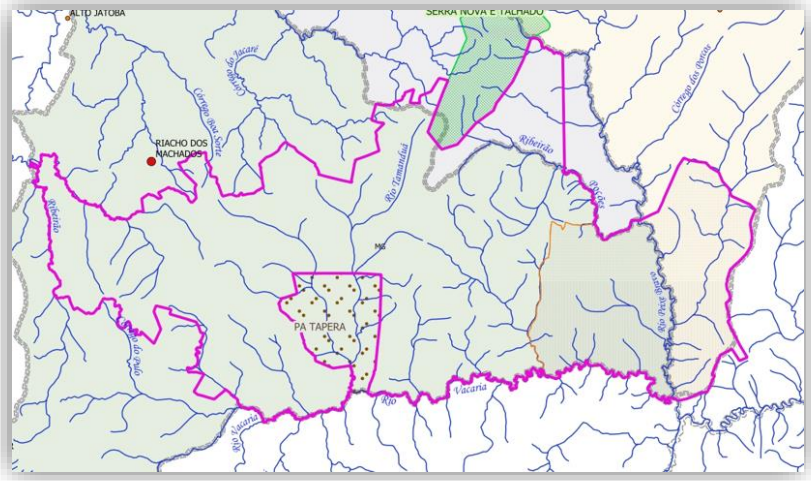


Figura 03 – Representação do desenho da junção das Propostas de UC

V – Conceitos-Chave

Bioma

Bioma pode ser entendido como as interrelações dentro da comunidade biológica (vistas como relações entre o ambiente, a flora e a fauna), podendo este apresentar um ou mais tipo(s) de vegetação(ões) predominante(s) e ser independente das fronteiras físicas estabelecidas pelos estados/nações, havendo sim necessidade de semelhanças entre as paisagens, podendo ou não apresentar diferenças de flora e fauna, associadas a respectiva evolução das espécies. A área estudada é apresentada como Bioma Cerrado, estando em transição com a Caatinga e comportando cursos d'água afluentes das bacias do Rio São Francisco e do Rio Jequitinhonha.

Ecossistema

Entende-se por ecossistema uma comunidade que possui elementos físicos (tanto clima quanto água, solo, rocha e demais) e elementos biológicos (tanto animais quanto vegetais em suas diversas formas, incluindo os microscópicos) que interagem numa mesma área sob processos de mútua dependência. A área em questão é classificada como ecossistema cerrado em região de clima semiárido.

Ecorregião

Ecorregião é entendida como o conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, que compartilham a maioria de suas espécies, dinâmicas e processos ecológicos, e condições ambientais similares, que são fatores críticos para a manutenção de sua viabilidade a longo prazo. (Dinnerstein, 1995). As ecorregiões são unidades de paisagem, flora e fauna, que servem de base para o planejamento da preservação da biodiversidade. A área estuda é apresentada como pertencente a ecorregião de cerrado e, como pode ser verificado, encontra-se intermediando outras diferentes ecorregiões como caatinga, campos rupestres e florestas do interior da Bahia, destacando assim fundamental importância para a conservação dos recursos naturais e, consequentemente, para a criação desta Unidade de Conservação da Natureza.

Biogeografia

A *biogeografia* pode ser entendida como a geografia da vida ou a distribuição espacial dos seres vivos conforme seus padrões, modos de vida e relações ao decorrer do tempo e das variações do espaço. A área estudada é apresentada biograficamente como floresta pluvial brasileira.

Fitogeografia

É ciência da distribuição das plantas no meio geográfico e, neste caso, apresenta a área estudada como província central que é uma macro classificação bastante abrangente de todo tipo de fitofisionomia existente nas áreas centrais do Brasil.

Povos e Comunidades Tradicionais

Povos e Comunidades Tradicionais são, de acordo com o Decreto Federal n° 6.040/2007, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Existem em torno de 30 povos tradicionais reconhecidos no Brasil, como por exemplo, os povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, caiçaras, faxinalenses, ilhéus, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, geraizeiros, dentre outros. Na área em questão há várias comunidades de geraizeiros e um quilombo certificado pela Fundação Cultural Palmares.

Unidade de Conservação (UC)

Unidade de Conservação se caracteriza, de acordo com a Lei Federal n° 9.985/2000, como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais,

com exceção dos casos previstos nesta Lei. Elas são representadas por cinco categorias: Reserva Biológica, Estação Ecológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

- As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Elas são representadas por sete categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

A RDS é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas. Além disso, a RDS será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área. O Plano de Manejo da RDS definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Figura 04 – Informações sobre Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Consulta Pública

A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas. No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta.

VI - Contextualização regional

A área proposta para a criação da unidade de conservação (RDS) compreende atualmente porções dos seguintes municípios: Riacho dos Machados (mais de 80%), Serranópolis de Minas, Rio Pardo de Minas, conforme é possível visualizar na tabela abaixo.

	ÁREAS			
	Por Município (hectares)	**RDS no Município (hectares)**	**RDS no Município (%)**	**RDS por Município (%)**
Riacho dos Machados	131.571,53	57.495,77	44	82
Serranópolis de Minas	55.287,04	4.504,02	8	6
Rio Pardo de Minas	312.783,34	7.733,52	2	11

Dados dos municípios: IBGE. Dados da RDS e elaboração: ICMBio.

Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas pertencem, segundo a classificação do IBGE e adotada pelo governo do Estado de Minas Gerais, à microrregião de Janaúba, enquanto Rio Pardo de Minas compõe a de Salinas. Ambas pertencem à macrorregião do Norte de Minas.

Ainda de acordo com os dados do IBGE, em 2022 as populações e densidades populacionais (habitantes por quilômetro quadrado) desses municípios são:

- **Riacho dos Machados:** população de **8.756 hab.** e densidade de 6,6 hab/km^2;
- **Serranópolis de Minas:** população de **4.399 hab.** e densidade de 7,97 hab/km^2;
- **Rio Pardo de Minas:** população de **28.271 hab.** e densidade de 9,07 hab/km^2;

Destaca-se que esses municípios configuram, portanto, entre aqueles com menores densidades demográficas não apenas do estado, como também do país.

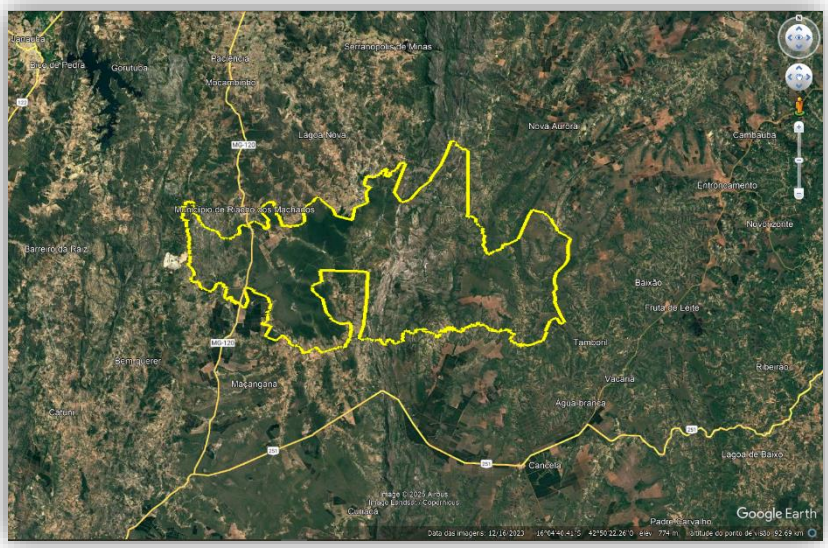
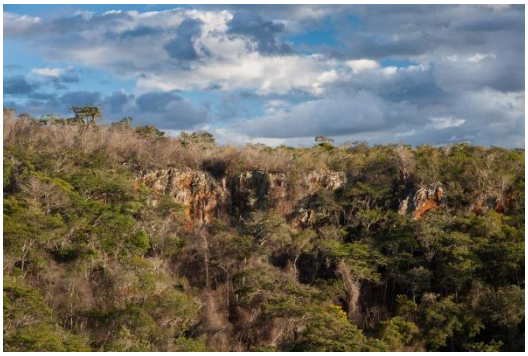


Figura 05 – Localização da Área de Estudo

VII – Aspectos ambientais, diversidade de Paisagens e ecossistemas, estado de conservação

Ocorrem no norte de Minas Gerais áreas ainda prístinas, prioritárias para a conservação da biodiversidade, com altíssima relevância para a conservação das paisagens naturais e culturais. Paradoxalmente, nestes mesmos ambientes, tem-se ocupações humanas com alto grau de vulnerabilidade social, seja em função de indicadores de baixo IDH, seja pelo baixo nível de governança, sobretudo e considerando a conservação da natureza e da cultura.

A área do polígono reunido (propostas de PARNA e RDS) é uma área com alta importância para a conservação de paisagens naturais, com destaque para os campos ferruginosos que integram a capacidade de disponibilização hídrica considerável em região de clima semiárido.



Fotos 02 e 03 – Exemplos de Campos Ferruginosos da Região

A proposta de RDS Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo está inserida em sua grande parte no bioma de Cerrado e pequena parte em Mata Atlântica e transição para Caatinga, contendo fauna e flora características e possuindo um número considerável de cavernas. Situada em região com riqueza geológica, possui também uma malha hidrográfica extensa e rica em toda a sua extensão.

Ocorrem as fitofisionomias de cerrado (cerrado típico, cerrado ralo, campo rupestre), com predomínio de campos tais como: campo sujo, campo sujo úmido e campo rupestre e, também, de matas ciliares e de galeria.

A região da proposta apresenta nascentes d'água e está localizada na cadeia da Serra do Espinhaço, área considerada de importância para a conservação da biodiversidade. A disponibilidade hídrica vem sendo constrangida mediante aos processos decorrentes de atividades minerárias e do monoplantio de eucaliptos.

A criação da RDS Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo, com a proteção de uma das áreas de maior relevância hídrica do município associadas aos cerrados, carrascos, que é o Geossistema Ferruginoso do Vale do Peixe Bravo, beneficiará as populações locais e também os municípios abarcados pelo polígono e aqueles à jusante.

Fotos 04 e 05 – Exemplos de Recursos Hídricos da Região

MEIO FÍSICO

O meio físico e aqui tratado de forma abrangente sendo composto pela dinâmica complementar dos fatores e agentes aqui descritos, como clima, hidrografia, geologia, relevos, solos, como segue.

Clima

A região estuda apresenta alta irradiação solar e baixa nebulosidade, além da elevação das adversidades com intensificação da seca. redução do volume das chuvas e aumento dos verânicos. E classificada, segundo Kopen, como do tipo Aw e Cwa, com precipitação irregular e próxima a 750 mm, apresentando período seco e frio, com temperaturas variando entre 11 a 25°C e média de 18°C, nos meses de junho a (setembro, seguidos de outubro a maio do período mais quente, variando entre 15 e 28°C, e temperatura média anual variando de 21°C a 24°C.

O tipo de clima predominante na região é do tipo Aw e caracterizado pela intensificação da seca durante o inverno. Já na área da Serra do Espinhaço o clima e do tipo Cwa que é moderadamente suave e apresenta temperatura, do mês mais frio, próxima a 20°C, conforme a classificação de Koppen. No período mais frio do ano (junho a agosto) não ultrapassa os 25°C e a média mínima é de 11°C. Já no período mais quente do ano (setembro a maio) a temperatura média máxima é 27 de e a mínima é de 15°C. A temperatura média anual na região C de 22°C. A precipitação média anual, geralmente entre outubro e marco, vem decaindo e 46 apresenta média próxima a 850 mm3, com ocorrência irregulares ao longo e durante o ano. Relatos locais indicam a intensificação do período de seca e a diminuição do volume das chuvas. O Centro de monitoramento (CSR, IBAMA) apresenta dados da região no qual a média é próxima a 1000mm.

Em relação aos domínios morfoclimáticos tem-se a área estudada sendo classificada como área de transição, em sua maioria, e domínio do cerrado.

Hidrografia

Hidrografia pode ser entendida, de forma geral, como ciência que estuda a água e os detalhes relativos a drenagem de uma determinada região. Uma forma estratégica de se analisar os recursos hídricos é através do estudo da bacia hidrográfica existente na região, como segue. Bacia hidrográfica pode ser entendida como área física limitada por divisores de água que por suas características topográficas e geológicas possibilita a/o captação/escoamento das águas para um rio principal bem como para seus afluentes. A definição física desta bacia hidrográfica constitui importante unidade

de planejamento e de execução de atividades sociais, econômicas, ambientais e culturais.

A área estudada apresenta singular relevância para a conservação dos recursos hídricos tanto afluentes dos rios Jequitinhonha e São Francisco, intermediados pelo "Topo do Espinhaço", que consiste em um estratégico e histórico divisor de águas.

A bacia do São Francisco é a terceira maior e a única totalmente brasileira. Drena uma área de 640.000 km^2 e ocupa 8% do território nacional, sendo aproximadamente 80% localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia. Na Bacia do rio São Francisco, a área proposta para conservação através do uso sustentável é pertencente à sub-Bacia do Gorutuba, principal afluente do rio Verde Grande que deságua no São Francisco. Relevando também a conservação de diversas nascentes e os rios Vacaria, Peixe Bravo, Samambaia e Sitio Novo, além das lagoas naturais, habitats de grande relevância ecológica e cultural da região. Lagoas estas que além de terem grande sensibilidade e importância ambiental, principalmente na dinâmica da biota aquática interligada aos cursos d'água que as abastecem, eram os locais das feiras de venda e troca de produtos agroextrativistas regionais, atividade que declinou à quase inexistência na atualidade.

Por sua vez, a Bacia do rio Jequitinhonha abrange a parte nordeste de Minas Gerais e pequena parte sudeste da Bahia. Encontra-se em uma das regiões mais pobres do País, fato este que gera constante migração para demais regiões agrícolas, como é o caso do café em São Paulo. Vários diagnósticos convergem ao apontar as restrições hídricas e as secas periódicas como agentes relevantes para o baixo desempenho da agropecuária na bacia, que ainda responde por 30% do PIB regional. Esses fatores, somados à carência de investimentos públicos e privados, corroboram a tese de que a região é expulsora de população. E evidente também que todo o leito do Jequitinhonha mostra assoreamento extensivo.

Grande parte da área proposta para esta RDS encontra-se na sub-Bacia do rio Vacaria, afluente esquerdo do Jequitinhonha. O rio Vacaria e composto também pelos córregos principais Pau Preto, Tamanduá e Sete Voltas que, em virtude das alterações ambientais das últimas décadas encontram-se praticamente intermitentes, e em processo de assoreamento, com formações de bancos de areias ao decorrer de seus leitos. Tais cursos d’água eram perenes até o final da década de 1980, conforme relatos locais. Nesta região encontrava-se a Lagoa da Pedra Branca, que compunha junto às demais lagoas que hoje já não existentes as principais fontes de água das comunidades locais. Os recursos hídricos apresentam fundamental importância, sendo a época das chuvas uma verdadeira riqueza ambiental, na qual os pequenos cursos d'água são bastante utilizados pelas famílias quanto pelos animais.

O fato da criação desta Unidade apresenta singular valor para a conservação de um dos fundamentais bens da natureza, a água, tanto com a conservação

das nascentes destas duas Bacias Hidrográficas, quanto na transição ecológica que ocorre entre as espécies do rio São Francisco e as do rio Jequitinhonha, destacando a Serra do Espinhaço, com grande número de espécies de ocorrência exclusiva no local (endémicas).

Geologia/Relevo/Solos

A área estudada está situada no complexo rochoso da Serra do Espinhaço, com solos originários de materiais areníticos e quartzosos com formação geológica do terciário/quaternário, sendo preponderantemente arenosos. A Serra do Espinhaço, nesta região, possui planícies levemente onduladas entre 500 a 650 metros de altitude que vão elevando-se em morros suave-ondulados, já com cotas de 700 iii, até soerguerem em morros fortemente ondulados, apresentando a sede do município de Riacho dos Machados a cota de 820m. No sopé da Serra encontram-se as chapadas, numa altitude entre 900 e 1000m de altura. A região apresenta uma extensa serra intermediada por chapadas e pelas consideráveis depressões da bacia do Jequitinhonha e é classificada como região serrana.

A partir da pedologia ciência que estuda os caracteres físicos, químicos e biológicos dos solos, classifica-se a região com predominância de latossolos, nos terrenos mais estáveis, e de diferentes formações de solos nos terrenos mais íngremes, com destaque para os litossolos de origem mais recente. Estas superfícies aplainadas são compostas por material argilo-arenoso (Terciário) sobre rochas predominantemente quartziticas (Pré-cambriano). Os solos localizados em regiões mais planas são originários de longo período de alterações físico-químicas, com alterações climáticas e carreamento de substâncias e elementos químicos, originam solos mais profundos denominados de Latossolos que apresentam diferentes cores, geralmente vermelho e amarelo, como os que ocorrem nesta área indicada. A composição das menores partículas do solo indicam o tamanho decrescente de areia até argila, sendo verificado solos areno-argilosos e argilosos.

Em demais áreas existentes entre os latossolos encontram-se variações, físicas geralmente, que possibilitam o surgimento de outras formas de solo, por vezes, de origem da sua rocha matriz. Também na região foram verificados encrostamentos e inclusões de litossolos, cambisolos e areias quartzozas. Nas áreas de mata seca verificou-se a presença de cambisolos e podzólicos vermeihos. Jacomine (1979) indica a ocorrência, no município de Riacho dos Machados, na microbacia do Rio Sítio Novo, a ocorrência de cambisolos, podzólicos e litossolos, na área de predominância da caatinga arbórea e arbustiva. Solos estes de textura média a argilosa e de coloração vermelho e amarelo.

É interessante destacar a identificação geraizeira conforme os seus ambientes, parafraseando o dito local “cada roda tem seu fuso, cada terra tem seu uso”, como segue.

Chapada: apresentam relevo suavemente plano e pouco ondulado com presença de solos antigos (latossolo, e eventualmente cambisolos, nas áreas dissecadas) nos quais a fertilidade natural e baixa.

Carrasco: relevo suave quase para ondulado, área de transição cerrado e caatinga, que tem latossolos pouco férteis, mas com relativa matéria orgânica originaria, principalmente das folhas do período chuvoso.

Tabuleiro: área que ocorrem no relevo mais acidentado, vegetação de gramíneas arbustivas e caatinga em cambissolo rasos com afloramento de rochas e baixa fertilidade.

Vazante: área passível de alagamentos e baixadas, os solos já apresentam elevado teor de matéria orgânica e água (solo gley), resultando em solos bastante ácidos nos quais somente a vegetação gramínea-arbustiva e as palmeiras e raras arvores se adaptam, geralmente ocorre em áreas planas e são resultado de terrenos em depressões.

MEIO NATURAL

Buscou-se caracterizar a área proposta para criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável sob diferentes aspectos ecológicos, desde classificações gerais até identificações de espécies e utilizações especificas.

O Cerrado, principal bioma abarcado pela proposta, além de conectar os outros biomas do Brasil, é o segundo maior, ocupa mais de 20% do território, com um rico conjunto de fitofisionomias que apresenta, até o momento, mais de 40% de flora endêmica, uma notável alternância de espécies entre as diferentes fitofisionomias e inúmeros animais. o Cerrado apesar de tamanha riqueza natural, também, sucumbe diante da expansão pecuária, do desmatamento e da dispersão de espécies exóticas que associadas as frequentes queimadas e ao manejo deficiente do solo fizeram com que mais de 55% do território estejam desmatados ou transformados pela ação do homem (Machado, 2004). Outra estimativa, de 2007, afirma que restam apenas 20% da cobertura vegetal nativa (MMA, 2007).

Flora

Este tópico apresenta as análises florísticas superficiais da área estudada tanto sobre a fitogeografia e fitossociologia quanto sobre as principais espécies citadas e utilizadas pela população local.

Jacomine (1979), destacou que no fim da década de 70 a vegetação original, da região de Riacho dos Machados, mais comum eram os cerrados subcaducifólios e suas formações afins, campos cerrados e altimontanos. Mata Seca e formações

transicionais para a caatinga são encontradas em algumas bordas de terrenos um pouco mais férteis. Esta descrição já possibilita identificar a riqueza ambiental da região contenedora de singulares ecótonos, indicadores estes que se relacionam com maiores ocorrências de animais, principalmente de médio e grande porte. A área estudada apresenta originalmente porções de Mata Seca (florestas semideciduais e deciduais). Cerrado (em suas distintas transições mais abertas/altimontanos e campestres até em seu sentido restrito e fechado, sem, portanto, desmerecer as importantes formações das matas de galeria) e Caatinga que vem cedendo paulatinamente lugar as pastagens, capoeiras e maciços de eucaliptos. As diferentes fitofisionomias de cerrado (cerrado típico, cerrado ralo, campo rupestre), com predomínio de campos tais como: campo sujo, campo sujo úmido e campo rupestre.

A Fitossociologia é a parte da ecologia que estuda as relações entre as populações vegetais e suas unidades sociais, retratando assim o complexo vegetação e meio físico. Conforme este ramo de estudo a área analisada encontra-se no grupo Savana, na classe de Savana Gramíneo-lenhosa e é denominada por Savana Parque. A savana parque é um subgrupo de formação constituído essencialmente por árvores de pequeno porte sob um estrato de gramas, natural e/ou antropizada e, nesta área, é subclassificada como savana gramíneo-lenhosa (no qual prevalecem, quando natural, os gramados entremeados por plantas lenhosas raquíticas geralmente resistentes ao pisoteio do gado e ao fogo). A composição florística apresentada é bastante diversificada, tendo as plantas lenhosas significativa representação. De forma geral o inventário Florístico do Estado de Minas Gerais (IEF-MG/UFLA) realizou levantamento florísticos em todo o estado citado e, por considerar bastante relevante este levantamento, cita-se estas espécies com de provável ocorrência na área estuda conforme as fitofisionomias associadas, citando neste caso: cerrado (campo limpo, campo sujo, cerrado ralo e cerrado sentido estrito) e mata de galeria (mata de galeria e vereda). Mas também é fundamental para a estratégia de manejo as avaliações quantitativas com previsão de planejamento da produção local. É interessante destacar a identificação geraizeira conforme os seus ambientes, conforme descrito a seguir.

Chapada: áreas de vegetação original de cerrado típico, campo cerrado e, por vezes, cerrados rupestres. E formada principalmente pela vegetação de cerrado típico, incluindo também cerrado ralo e campos. As espécies mais encontradas foram: Pau Terra (*Oualea* .sp), Gonçalo Alves (*Astronium fraxinifolium*), Jatobá (*Hymenaea*.sp,), Tingui (*Magonia pubescens*), Cagaita (*Eugenia dysenterica*), Capitão (*Terminalia* spp), Murici (*Byrsonima* spp), Lixeira (*Curatella americana*), Jacarandá (*Dalbergia* spp.), Pequi (*Caryocar brasiliense*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Vinhático (*Plathymenia reticulata*) e Pau-doce (*Vochysia* spp).

Carrasco: área de transição cerrado e caatinga. As manchas de carrasco apresentam diferentes graus de perda de folhas (caducifólia), variando do verde a ausência total

de folhas. Estas áreas são bastante impactadas com o impacto de madeira, em virtude da grande ocorrência de espécies de potencial para construção e para ornamentos, como é o caso da aroeira, gonçalo-alves e braúna. Encontra-se geralmente esta formação florestal em áreas mais elevadas do relevo. As espécies mais utilizadas, também, foram: Pau D'óleo (*Copaifera langsdorffii*), Araçá (*Psidium araça*), Aroeirinha, Açoita cavalo (*Luehea* sp), Peroba (*Aspidosperrna* spp) e Maçaranduba (*Manilkara* sp.) As áreas de carrasco, classificadas também como mata seca, apresentam um potencial de regeneração lento e o impacto da retirada da vegetação para produção de carvão, inclusive, causa grande impacto no desenvolvimento destas matas que atualmente sofrem um grande risco de extinção tanto pelas boas madeiras que apresentam, como pelos minerais de origem calcárea que apresentam. As espécies mais citadas foram: Pau-Ferro, Aroeira, Gonçalo-Alves, Bucho-de-boi, Unha-de-gato, Vaqueta, Cruzeta, Canjerana, Mucambo, jacarandá de carrasco, Côco-Icuri, Pau-pereira, Pau-d'arco, Candeia, Povoação, Almesca, Putumuju, Caboclo e Laranjeira.

Tabueiro: áreas de vegetação original de cerrado típico, campo cerrado e, por vezes, cerrados rupestres. E formada principalmente pela vegetação de cerrado típico, incluindo também cerrado ralo e campos. As espécies mais encontradas foram: Pau Terra (*Qualea* sp), Goncalo Alves (*Astronium fraxinifolium*), Jatobá (*Hymenaea* sp), Tingui (*Magonia pubescens*), Cagaita (*Eugenia dysenterica*), Capitão-do-mato (*Terminalia* spp), Murici (*Byrsonima* spp), Lixeira (*Curatella americana*), Jacarandá (*Dalbergia* spp), Pequi (*Caryocar brasiliense*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Vinhático (*Plathymenia reticulata*) e Pau-doce (*Vochysia* spp).

Vazante: área classificadas também como veredas que apresentam solos ricos em matéria orgânica mas com pouca oxigenação, gerando portanto grande acidez no solo fato que inviabiliza o desenvolvimento de muitas espécies e culturas. Área também bastante utilizada para pasto, principalmente após a passagem rotineira do fogo que faz o broto do capim vir mais forte para o gado, mas que causa grande impacto natural. Estas áreas apresentam a típica formação de campos naturais intermediados por buritizeiro e arbustos-arbustivos, associados a afloração de água.

Fauna

Um reflexo direto da diversidade da vegetação do Cerrado é a quantidade e variedade da fauna existente, desde as espécies mais comuns, que apresentam até um milhão de indivíduos por metro quadrado, até as espécies mais raras e de pouca ocorrência. Existem espécies restritas a determinados ambientes, como as que habitam as camadas das folhas caldas e do humus, a vegetação rasteira, as árvores lenhosas e os diversos ambientes. Também existem outras espécies menos seletivas que apresentam mais abrangência e habitam várias formações vegetais.

Neste estudo e apresentado de modo geral os recursos faunísticos associados a avifauna e mastofauna, com respectivas listas de espécies de possível ocorrência. A rica avifauna é característica marcante do Cerrado, tanto pela diversa floração e frutificação, principalmente na época primavera, quanto pela relevante quantidade de insetos, que são de grande importância principalmente para as espécies migratórias, que voam grandes distâncias em busca de melhores condições para reprodução e alimentação e, para isto, utilizam e necessitam de grande matriz energética. As aves migratórias podem vir de toda parte e apresentam representantes muito conhecidos como a Tesourinha (*Tyrannus savana*), a Guaracava (*Elaenia chiriguensis*), nos cerrados e campos sujos) e, também, o Sabiá ferreiro (*Turdus nigriceps*), nas matas de galeria. Na época do inverno boreal, registra-se a presença de aves migratórias da América do Norte, como o Maçarico (*Tringa flavipes*). Evidencia-se preferência alimentar pelos insetos e complementarmente pelos frutos e fibras. O fato de espécies diferentes procurarem presas de tamanhos diferentes e apresentarem distintas formas de captura indica que outras características amenizam de certa forma a competição por alimento.

Nas matas de galeria e no cerrado, é comum a presença de bandos compostos por várias espécies de aves, que parecem ter como objetivo principal a proteção contra predação e a obtenção de alimentos. Com o aparecimento de áreas urbanas surgiram também várias espécies que colonizaram estes ambientes, destacando-se Anu-branco (*Guira (guira*), Anu-preto (*Crotophaga ani*), Corruíra (*Troglodytes aedon*), outras espécies de Beija-flores, Bem- te-vis e corujas. Destaca-se a invasão de aves comuns em áreas urbanas, como os pombos (*Columba livia*) e pardais (*Passer domesticus*), que foram espécies introduzidas no Brasil e que se adaptaram e tem preferência pelas áreas urbanas. Entretanto, enquanto determinadas espécies tem obtido sucesso mesmo com a chegada do homem em seu ambiente, outras se tomam cada vez mais raras com a alteração do ambiente no qual viviam e com a competição com espécies introduzidas e que por estes motivos, muitas vezes, causam desequilíbrios ecológicos marcantes, alterando assim os habitats específicos.

A mastofauna do cerrado e basicamente composta por marsupiais, quirópteros, primatas, desdentados, lagomorfos, roedores, carnívora e perissodactilos, apresentando rápida análises destes grupos, no ambiente estudado. O grupo das Marsupiais são mais encontrados nas matas de galeria, tem dieta diversa, tanto de sementes, insetos, invertebrados e pequenos vertebrados. São bons trepadores e, também, andam no chão, como os gambás. Os Quirópteros são de grande importância nas comunidades trópicas, desempenhando seu papel de polinizadores, dispersores de sementes e predadores de animais. Podem se servir de frutos, insetos, néctar, sangue, pequenos vertebrados e peixes, sendo, em sua maioria, insetívora. Áreas urbanas e bem iluminadas atraem tais espécies pela oferta de insetos, assim como as cavernas, podendo atrair até mesmo as espécies que se alimentam de

sangue, conhecidos como vampiros (exemplo são os morcegos). Os Primatas são encontrados em matas de galeria e no cerrado. Geralmente andam em bandos se deslocando bastante em busca de alimento. As ações antrópicas têm ameaçado muitas espécies de macacos, micos e saguis presentes no Cerrado. Os Desdentados são representados pelos tamanduás, tatus e preguiças. As espécies de tamanduá são encontradas durante o dia geralmente em áreas abertas e a procura de formigas, as quais são as componentes de sua alimentação. Os tatus são encontrados ' principalmente a noite em áreas abertas cavando e revirando o solo em busca de alimentos como raízes, insetos, vermes e outros. Estes tatus são os que mais sofrem com a ação da caça humana, uma prática que vem sendo feita há séculos e que atualmente ainda ocorre mais em menor escala, principalmente pela diminuição das areas naturais e respectiva diminuição do contingente populacional desta espécie. Os Lagomorfos têm incidência observada em cerrados, cerradões, campos e áreas de cultivo, por exemplo, os coelhos e as lebres. Os roedores são os que tem mais representantes de variadas espécies. São muitas as espécies que conseguem se adaptar facilmente aos ambientes urbanos pelas condições favoráveis a sua sobrevivência e que também apresentam grandes famílias silvestres fundamentais para as diversas cadeias tróficas como, por exemplo, a família dos ouriços (Erethizontidae), Preá (Caviidae), Capivara (Hydrochaenidae), Pacas (Dasyproctidae) dentre outras. Uma família representante de carnívoros é a Canidae, a qual é representada principalmente pelo lobo-guará, o qual e muito conhecido e sofre de maneira alarmante

com a ameaça de extinção em decorrência da destruição de seus ambientes nativos e a caca. Outros carnívoros encontrados nesta família são o cachorro-do-mato (Cerdocyon thous), cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*), raposa-do-campo (*Dusicyon vetulus*). No Cerrado também se encontram os quatis (*Nasua nasua*) da familia Procyonidae, e ainda gato-maracajás (*Leopardus wiedii*), jaguatiricas (*Leopardus pardalis*) e suçuaranas (*Puma concolor*), representantes da família Felidae. Dos Perissodáctilos a principal representante é a anta, e dos Artiodátilos os mais conhecido representantes são os veados, bastante caçados e ameaçados também. As informações relativas à fauna são poucas devido a carência de levantamentos e inventários. Entretanto, a diversidade de ambientes naturais indica/infere a existência de uma fauna rica.

Membros da comunidade, especialmente os mais idosos, afirmaram que apesar dos desmatamentos periódicos para produção de carvão, a fauna local sempre foi e ainda é rica sendo observada, direta e/ou indiretamente, a ocorrência de espécies como: tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), suçuarana (*Puma concolor*), pintada (*Panthera onca*), jaguatirica (*Felis pardalis*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), veado-campeiro (*Ozotocerus berzoacticus*), capivara (*Hydrochoerus hydrochoeris*),

porco-do-mato ou queixada (*Tayassu pecari*), catitu (*Dicotyles tajacu*), ema (*Rhea americana*), papagaio (*Amazona aestiva*), perdiz (*Rhynchotus rufescens*), codorna (Codorniz-comum), siriema (*Cariama cristata*), cascavel (*Crotalus durissus*), jararaca (*Bhotrops jararaca*), coral (*Micrurus coralinus*), jacaré-anão (*Paleosuchus palpebrosus*), teiú (*Tupinambis teguixin*) e lontra (*Lontra longicaudis*), dentre outros. Através das entrevistas realizadas constatou-se que a caça era a mais importante fonte de proteína animal consumida pelos extrativistas dessa área e quiçá a única para muitas famílias. Atualmente cita-se a grande diminuição tanto da prática da caça quanto da disponibilidade destes animais.

VIII – Aspectos socioeconômicos, culturais e institucionais da unidade

A exploração extrativista está fundamentada na coleta de frutos, retirada de madeira e produção de medicamentos A retirada de madeira em grande parte provém de arvores mortas e de madeira seca, não apresentando grandes impactos ao meio ambiente, e é feita principalmente para lenha, construções, produção de carvão e abertura de novas rocas e pastos. A coleta de frutos nativos é bem significativa e beneficia através da comercialização realizada pelos próprios agroextrativistas, através de sua Cooperativa.

O uso das plantas nativas medicamentosas apresenta-se bem difundido, potencializando assim farmácias naturais compostas quase que exclusivamente por mulheres articuladas nos programas locais de proteção a saúde. Atualmente os Geraizeiros desenvolveram interessante sistema de escoamento dos seus produtos agroflorestais, conseguindo, juntamente a parceiros como CPT, CAA-NM, STR e Cooperativa Grande Sertões, resgatar a importância e o acreditar desta comunidade tradicional que sofreu bastante com o desenvolvimentismo da região.

Com as capacitações produtivas e administrativas, os Geraizeiros vêm conseguindo comercializar seus produtos e em alguns casos, como os óleos de pequi e rufão, já não estão conseguindo suprir a necessidade do mercado. Desenvolvendo o agroextrativismo com respeito as limitações e particularidades ambientais, obtendo com isto resgate de territórios e de cursos d'água estas comunidades vêm conseguindo elevar os preços dos produtos e, com isto, melhorar o dia a dia com a venda de alguns produtos.

XIX - População tradicional beneficiária da Unidade de Conservação e outros usuários, suas formas de organização e de representações social

Os Geraizeiros

Às populações que ocupam as áreas de Cerrado do Norte de Minas – o “Gerais” dá-se o nome de Geraizeiras (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009). Menção a este povo foi feita por João Guimarães Rosa, e, também, em trabalhos como os de Luís Flores de Morais do Rêgo, de 1945, e de Donald Pierson, de 1972 (NOGUEIRA, 2009). O termo “Gerais” pode se referir a uma enorme região que compreende a metade norte do estado de Minas Gerais e o oeste da Bahia (NOGUEIRA, 2009), englobando ainda regiões de Goiás, Tocantins (NOGUEIRA, inf.pess.) e até mesmo os cerrados do Piauí (MORAES, 2009). Podemos, entretanto, identificar uma região menor, onde o processo de resignificação e apropriação da identidade geraizeira está ocorrendo com maior vigor, compreendendo as chapadas que margeiam a Cadeia do Espinhaço, em especial nos municípios de Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados, Grão Mogol e Montes Claros.

O trabalho de Dayrell (1998) estabelece um marco na identificação da cultura geraizeira, sob os enfoques da agroecologia e da etnoecologia. Subsidiariamente, os trabalhos de Ribeiro (2005 e 2006) ajudaram a compreender sua história e cultura. Mais recentemente, o esforço etnográfico empreendido por Nogueira (2009) dá aos Geraizeiros o status de “um grupo culturalmente particular e vinculado ao Cerrado de maneira especial e politicamente relevante” (NOGUEIRA, 2009:8). A autora identifica seus hábitos e práticas tradicionais, ressignificados a partir da confrontação ante a invasão de seus territórios pelo monocultivo de eucalipto, e ante a entrada de novos atores (como a academia) e conceitos (como o de “população tradicional”) em seu “*mundus*”. Para ela, “a adesão à categoria populações tradicionais têm propiciado aos Geraizeiros uma experiência de crescente autorrespeito, valorização e intensificação cultural” (NOGUEIRA, 2009:197).

Os Quilombolas

É condição necessária e suficiente a existência de uma coletividade que se identifica como quilombola e cuja reprodução exige uma relação regular com um conjunto de recursos sociais, culturais, econômicos, espirituais e ambientais ancorados em um

dado espaço físico. A identidade se faz objeto de análise de pesquisadores diversos, sobre várias perspectivas e abordagens que buscam o entendimento daquilo que a coletividade seleciona para evidenciar sua singularidade, bem como das peculiaridades dos vínculos possíveis entre identidade e modernidade na realidade contemporânea.

Artigo 2 do Decreto 4.887 / 2003:

> "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003)".

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Bravo, município de Riacho dos Machados / MG é certificada pela Fundação Cultural Palmares por meio do Registro 1089 fl. 105 / Cadastro 1011 de 15/102008 e publicado no Diário Oficial da União em 15/12/2008. Ela está localizada nas margens do curso d´água que lhe dá nome e é o limite natural entre os municípios de Riacho dos Machados, cuja cidade fica a 53 quilômetros de distância e de Rio Pardo de Minas com sua sede a 83 quilômetros de distância de Montes Claros, principal cidade da região norte mineira a 176 quilômetros de distância e de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais a 587 quilômetros de distância.

A relação dos moradores indica a presença de 139 famílias no município de Riacho dos Machados, e 89 em Rio Pardo de Minas. A população total vivendo nessa coletividade é de 1.596. Para se fazer o cálculo, considerou-se que a família média quilombola em Peixe Bravo é composta por sete pessoas, número acima da média regional.

Contemporaneamente o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica e, tampouco, trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma os quilombos nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de uma trajetória comum além da continuidade de si enquanto grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como "um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão" (O'DWYER, 1995).

X - Histórico e formas de uso e ocupação do território

A região norte de Minas Gerais, desde o século XVIII, teve sua história marcada pelos caminhos de gado e, principalmente, pela rota de comércio tanto entre o São Francisco e as regiões mineradoras de Ouro Preto/Sabará quanto entre dois ecossistemas distintos (cerrado e caatinga), fato este que originou muitos povoados, vilas e cidades, como é o caso de Riacho dos Machados, localizado nas vertentes da Serra do Espinhaço, região do ecótono cerrado-caatinga. Cita-se o rápido crescimento de Riacho dos Machados e da importância de sua feira no contexto local.

Relatos sobre esta região indicam o que processo de colonização nesta região apresenta grandes semelhanças com as demais regiões brasileiras, sendo as tribos indígenas expulsas, mortas elou aprisionadas (Dayrell, 1989, Pierson, 1972), ou estas acabam fugindo, dispersando e originando, devido a miscigenação, um povo de características peculiares, neste caso. denominado de Geraizeiros, que apresentam diferenciação histórica na forma de vida e utilização dos recursos naturais disponíveis, sendo que estes posteriormente foram aproveitados como mão-de obra barata para, principalmente, a atividade pastoreia (Cardoso, 1996).

A estrutura e a dinâmica dos ecossistemas regionais foram pouco alteradas até meados da década de 70. Após este período a região sofreu uma intensa transformação da paisagem socioeconômica e ambiental desencadeados pelos programas governamentais de desenvolvimento da agropecuária e silvicultura. Verificou-se uma nítida inviabilização econômica e ambiental dos agroecossistemas que tiveram o entorno agroambiental drasticamente alterado provocados pela apropriação empresarial das terras, desmatamento generalizado das matas nativas, pelo plantio de monoculturas de eucalipto e algodão (este nas áreas de caatinga) e advento da Revolução Verde, com seu pacote rural produtivo e tecnológico. Tal alteração político-ambiental marcou profundamente a dinâmica das populações locais, fato este bem expresso pela diminuição das tradicionais feiras de comercialização de produtos locais.

Assim, as populações Geraizeiras não viviam totalmente isoladas – comercializavam excedentes nas feiras das cidades e povoados mais próximos, e dependiam de alguns recursos que não podiam produzir, como o sal. O espaço de troca e convivência dessas feiras foi, historicamente, essencial no estabelecimento de relações de alteridade (com os Catingueiros), de solidariedade e de socialização com outras comunidades (NOGUEIRA, 2009).

No mercado de Porteirinha-MG, por exemplo, os feirantes dos Gerais tinham um lugar separado especificamente para eles, no qual ofereciam produtos típicos como rapadura, farinha e goma de mandioca, óleo de pequi (*Caryocar brasiliense*), panã (*Annona crassiflora*), coquinho-azedo (*Butia capitata*), plantas medicinais, feijão e hortaliças diversas (DAYRELL, 1998). Assim, a economia Geraizeira sempre desempenhou papel fundamental nas autossuficiências locais, e também, na dinâmica econômica regional, apesar de sua invisibilidade. Entretanto, a economia e modo de vida tradicional dos Geraizeiros foram bruscamente impactados pelo processo de agro industrialização, que reduziu a disponibilidade de terras, de água e de outros recursos naturais (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005).

Em síntese, nos dias atuais, apesar de os Geraizeiros conseguirem manter o funcionamento das funções ecológicas dos ecossistemas durante décadas e, principalmente, por manterem os recursos hídricos desta escassa região, hoje encontram-se com grave restrição ao acesso dos recursos naturais (tanto para plantarem, extraírem produtos nativos, criarem seus animais nos gerais e, infelizmente, terem acesso aos recursos hídricos - devido ao secamento e/ou poluição química das águas), alteração e uniformização tanto de sua cultura quanto de suas variedades cultivares e empobrecimento local devido ao enfrentamento dos produtos agroindustriais a suas tradicionais feiras/mercados de comércio local. Destaca-se, que apesar dos conflitos, o movimento de reconhecimento existencial que vem ocorrendo na região através da retomada de territórios, cedidos as concessões florestais e agrícolas, já se encontra, parte, em propriedade dos Geraizeiros, ocorrendo inclusive o retorno de alguma água.

A história da ocupação pelos quilombolas da bacia do Rio Peixe Bravo, notadamente entre o córrego Poções e sua foz no rio Vacaria tem início, possivelmente, na década de 1820 com a chegada de pessoas negras fugindo da escravidão vindos do arraial Serra de Santo Antônio de Itacambiruçu, atual Grão Mogol ou da Bahia. Na memória coletiva não há informações sobre o início da fixação de quilombolas históricos nas margens do referido rio, que dá nome à localidade, e nem os nomes dos que aí se fixaram. Foi possível levantar a provável data de ocupação com Maria Celsa, conhecida como Maria de Efigênia, que falando de seus antepassados lembra de sua mãe narrar que os bisavós falavam da chegada dos tataravós ao local. Considerando a idade média dos antepassados mais próximos é possível calcular que a década de 1820 seja a indicada para a fixação em Peixe Bravo dos fugitivos à escravidão.

XI - Práticas produtivas, uso e manejo dos recursos naturais

Um aspecto relevante na definição de culturas Tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Estes sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos de mitos e símbolos que levam a manutenção e ao uso sustentados dos ecossistemas naturais.

O modo de vida geraizeiro tem como composição a articulação entre coleta extrativista, agricultura voltada para o autoconsumo e pequena pecuária diversificada de aves, suínos e gado bovino. Esta tríade econômica está assentada no princípio do uso comum da terra, forma de articulação social e uso da terra que se baseia na produção privada familiar camponesa da agricultura de alimentos para o próprio consumo da família, geralmente cercada; na pequena pecuária de bovinos, criada à solta nos gerais em comum com as demais famílias, ou seja, propriedade privada do gado e uso comum da terra livre das cercas, e, pequenas áreas de pastagens cultivadas, para reforço alimentar do gado no período de seca, podendo combinar também, cultivo de cana-de-açúcar ou outra forrageira, para reforço alimentar particularmente, no período da seca; e, a coleta extrativistas de frutos, madeira e plantas medicinais e ornamentais do cerrado.

Portanto, trata se de uma forma diferenciada de uso da terra e apropriação dos recursos naturais que combinam formas privadas familiar camponesa de apropriação da natureza e formas de uso comum dos gerais. É necessário esclarecer que estas formas de uso comum da terra baseiam-se na tradicionalidade da cultura indígena e afrodescendente de seus moradores, combinadas com herança cultural camponesa dos migrantes de origem europeia. Este uso comum da terra e dos recursos naturais é o elo forte de solidariedade da tríade, e garantidor das relações de sociabilidades que formam a unidade social deste campesinato diferenciado no país.

Dentre as práticas agrícolas tradicionais dos Geraizeiros está o cultivo em pousio, análogo aos sistemas milenares de roça-de-toco, coivara ou derrubada-e-queima

(RIBEIRO, 2002). Tal sistema consiste na derrubada de uma área de mata (“capão”), que, após seca, é queimada. A mesma área pode ser cultivada por dois a três anos, e depois deixada em repouso, sendo tomada pela vegetação nativa, enquanto uma nova área é aberta para a repetição do processo. A paisagem local fica formada assim por um mosaico produtivo, composto por roças novas, roças velhas e áreas de pousio (Nogueira, 2009). O sistema tradicional geraizeiro de roça-de-toco era mais factível até o início da década de 1970, quando havia muitas terras disponíveis.

Os Geraizeiros tinham disponíveis, para os cultivos, variedades agrícolas locais selecionadas por gerações e adaptadas às condições ambientais específicas microclima, tipo de solo – e a outras características, como sabor e tamanho. Seus principais cultivos são cana, mandioca, feijões, abacaxi, abóbora, amendoim, arroz, banana, café, além de inúmeras espécies frutíferas, forrageiras e medicinais.

Enquanto os cultivos anuais são feitos nas roças, as espécies arbóreas são plantadas próximas aos quintais, formando o que se chama de pomar ou chácara. Outra característica da agricultura geraizeira é justamente o plantio misturado, onde espécies anuais e perenes, arbustivas e arbóreas, são plantadas em um mesmo espaço. Muitas vezes, são feitos consórcios propositais, dado o conhecimento sobre o auxílio que uma espécie pode dar a outra. Assim, consorcia-se o milho com favas e feijões, e estes às vezes com a mandioca; o café, em geral, é sombreado pelas bananeiras; e assim por diante (DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2009). A unidade produtiva geraizeira típica é então constituída por terreiro, chácara, roça e “manga” – área de capim plantado destinada aos cuidados com vacas paridas e bezerros e à guarda do gado e de equinos (RIBEIRO, 2006; NOGUEIRA, 2009).

De forma complementar estão as áreas de uso comum utilizadas para solta de animais, extrativismo, caça e pesca. Muitos Geraizeiros relatam o costume da pesca feita em armadilhas herdadas dos indígenas, que capturavam, por exemplo, piaba, traíra e bagre. A caça era constituída por tatus, veados e aves diversas. Tanto a pesca quanto a caça são hoje raras, devido à diminuição dos recursos hídricos e dos animais. O uso de áreas de chapada, para extrativismo e solta do gado, é um elemento marcante na identidade geraizeira. Tanto para o uso de áreas comuns quanto para as áreas de roça, acordos dinâmicos e informais estabelecem os limites de uso, direitos e deveres de cada família (NOGUEIRA, 2009).

XII – Principais ameaças, conflitos e impactos ambientais e sociais

A região da proposta tem sido fortemente usada para o plantio de eucaliptos, gerando sérios conflitos incluindo grilagem de terras. Os comunitários pediram a criação da unidade de conservação porque o seu modo de vida sofre ameaça pelo avanço das áreas de plantio de eucalipto e o desmatamento do Cerrado, ambos para a produção de carvão. O que marcou de fato a mudança na paisagem rural e com consequências na vida da população do município foi a chegada das empresas reflorestadoras, demonizadas pelo pessoal do lugar, de firmas.

> *Sofreram ameaças do polícia civil, militar e da polícia florestal. A empresa tentou impedir que os posseiros manejassem qualquer área fora do quintal e foram diversos os artifícios utilizados, além da repressão policial: fez o represamento das Águas nas cabeceiras dos rios, derrubou as matas virgens e fez plantio de eucalipto até as margens dos rios. As Águas começaram a secar. No campo das relações sociais, os moradores sofrem pressão e isolamento pelo poder público local que evita se comprometer com o movimento de resistência.*

Os cercamentos dos gerais pelas empresas da silvicultura, representa o início da destruição deste modo de vida dessas populações tradicionais típica do gerais brasileiro, que faz uso comum da terra. Foi também, por isso que os movimentos sociais de resistência no município, passaram a existir. O primeiro resultou no PA Tapera, onde hoje, já é visível o conflito entre a divisão em lotes das famílias, e a prática do uso comum da terra pela pecuária. Nem mesmo, a alternativa de deixarem vários lotes destinados às famílias, sem seu assentamento, destinando-os ao uso comum vem solucionando os conflitos entre os assentados, marcados pela entrada do gado nas áreas cercadas de seus lotes pelas famílias. Ou seja, somente a criação de uma UC que garanta a possibilidade da existência da área de uso comum, pode possibilitar a reprodução social destes sujeitos sociais. Sem ela, a prática articulada entre coleta, pequena agricultura e pequena pecuária de gado bovino não tem condições de se reproduzir.

Mais recentemente a região tem sido alvo de interesse de empresas de mineração, como a Vale, que contam com o apoio da prefeitura de Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Rio Pardo de Minas. Não há, entretanto, outros empreendimentos minerários em etapa de Licenciamento ou de Requerimento de Licenciamento na área da proposta, a não ser por uma pequena área ao sul com Requerimento de Licenciamento, conforme mapa abaixo.

Fotos 06 e 07 – Exemplos de Ameaças por Garimpo Clandestino e Plantio de Eucalipto

XIII - Situação fundiária

A área abrangida pelo perímetro proposto envolve áreas de proprietários particulares e, certamente, terras devolutas. dos 57.361 ha propostos para a RDS, um total de 36.184 ha referem se a áreas potencialmente pública e devoluta, o que representa 63% da área da RDS. Áreas tituladas sem indícios de fraudes com 16.028 ha, que representam 28% da área total, e 5.147 ha de áreas públicas tituladas, que representam 9% da área total, caso do PA Tapera e de diversos títulos concedidos pelo ITER.

Toda área do entorno do PA Tapera pertence a SICAFE, assim como o plantio de eucalipto contornado que ficou de fora do perímetro. Nessa região, a área da SICAFE parece fazer divisa com propriedade da Minas Liga que tem duas áreas novas de plantio de eucalipto nessa região (vizinha a comunidade de Morro Grande) devendo abranger áreas das microbacias do córrego Água Boa, Paraiso e Lajedão.

A oeste, esse terreno encontra propriedade da RIMA, na região do córrego Sete Voltas (nascentes) e a propriedade da CISAM31, mais ao sul. Esta Última atinge terrenos vizinhos ao asfalto e que descem pelo córrego Poco d'Anta, provavelmente encontrando a propriedade da SICAFE na região da nascente do córrego Lobeira. No entorno da comunidade de Córregos, de Poções e de Peixe Bravo, há notícia de terrenos apropriados por uma antiga e famosa família grileira de terras públicas dessa região.

Finalmente, o município de Riachos dos Machados apresenta terras extremamente concentradas onde 93% das unidades produtivas são consideradas como minifúndios ou pequenas propriedades. Elas representam 821 propriedades que ocupam uma área equivalente de apenas sete propriedades consideradas improdutivas (cerca de 37.000 ha) (OLIVEIRA, 2013), o que ressalta a importância da criação da RDS no sentido de desconcentrar a terra e de promover a conservação ambiental.

> "*A criação da UC voltada para os camponeses geraizeiros vai possibilitar o meio ambiente e a terra cumprirem suas funções sociais, neste país de concentrações da terra e da renda extremadas*." (OLIVEIRA, 2013 p. 62).

XIV – Considerações Finais

Pelos consistentes estudos técnicos existentes a respeito do território, acrescidos das vistorias à área e visitas às comunidades, constatou-se que a região em proposição possui importância tanto pelas questões ambientais quanto pelas questões sociais, às quais se encontram imbricadas devido à tradicionalidade do modo de vida dos povos locais.

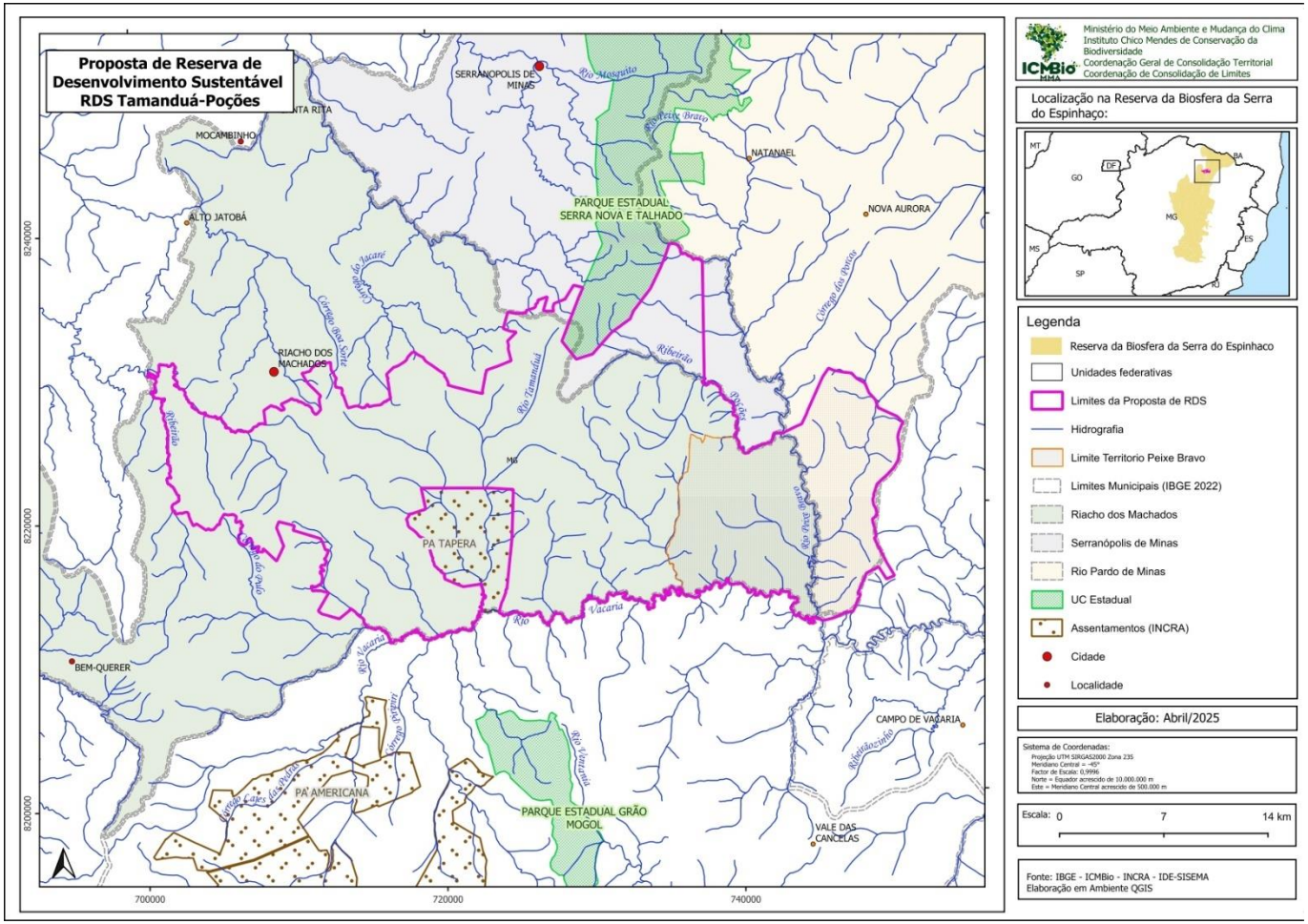
No que tange aos aspectos ambientais, a região apresenta relevante biodiversidade expressa nas formações de mata seca, mata de galeria, caatinga arbórea e arbustiva, cerrado denso a campo cerrado e rupestre, destacando ainda as áreas de campos ferruginosos (cangas), fundamentais para a disponibilidade hídrica de peculiar riqueza na região. Foram ainda encontradas recentemente cavidades com características específicas e singulares.

Referindo-se à configuração social local, a região abriga povos e comunidades tradicionais, em particular os geraizeiros, primeiros demandantes da proposta de criação, e remanescentes de quilombolas em processo de reconhecimento e demarcação territorial. Tais comunidades apresentam riqueza cultural e histórica de notório conhecimento empírico associado aos ecossistemas descritos. Esses grupos populacionais, cuja existência imprescinde da natureza para garantia da reprodução social dos modos de vida, atuam como guardiões da biodiversidade local.

A criação de Unidade de Conservação federal no polígono proposto apresenta potencial de contribuir com o fortalecimento da governança territorial, além de servir como mais uma camada de proteção do território diante da complexidade ligada a pressão econômica de grandes empreendimentos.

Frente ao exposto, conclui-se que a proposta de criação da **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo** em questão consiste na melhor alternativa técnica, ambiental e social para a região.

XV – Mapa da Proposta



XVI - Referências bibliográficas

COSTA, J.B.A., FONSECA, G.L., SILVA, L.G. 2021. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Socioeconômica, Ambiental e Cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Peixe Bravo – Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas.

DAYREL, C. A. "A questão ecológica no limiar da questão agrária: o caso dos cerrados do forte de Minas Gerais. Alternativas Cadernos de Agroecologia. AS/PTA, Agosto de1993 p.51-58.

DAYREL, C.A. 1998. Geraizeiros y biodversidad em el norte de Minas Gerais: la contribuición de la agroecologia y de la etnoecologia em los estudios de los agroecossistemas. Huelva: Universidad Internacional de Andalucia. 192p.

DAYREL, C.A. 2023. RDS TAMANDUA: da proteção das águas, dos cerrados e das comunidades geraizeiras que que aí vivem

HOMEM DE CARVALHO, I.S. 2014. A “pecuária geraizeira” e a conservação da biodiversidade no cerrado do Norte de Minas. Sustentabilidade em Debate. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM

INSTITUTO PRISTINO. O Vale do Rio Peixe Bravo: ilhas de ferro no sertão mineiro / organizado por Flávio Fonseca do Carmo e Luciana Hiromi Yoshino Kamino. – Belo Horizonte: 3i Editora, 2017.

MACHADO, RB., RAMOS, NETO, M. B., PEREIRA, P., CALDAS, E., G0NÇALVEs, D., SANTOS, N., TABOR, K. e STELNINGER, M. (2004). Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Conservation International do Brasil, Brasília. MMA. Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação.

MMA/SBF/Núcleo Cerrado e Pantanal. Relatório de Caracterização Sócio-Econômica das Comunidades da Área de Córregos, Tamanduá e Poções. Município de Riacho dos Machados. Projeto PNUD BRA–00/021 Microrregião 2 – Área 1 – Riacho dos Machados/MG. Elaborado por Carlos Eduardo Mazzetto Silva. Belo Horizonte, novembro de 2007.

MMA/SBF/Núcleo Cerrado e Pantanal. Relatório de Caracterização Sócio-Econômica das Comunidades da Área de Córregos, Tamanduá e Poções. Município de Riacho dos Machados. Projeto PNUD BRA–00/021 Microrregião 2 – Área 1 – Riacho dos Machados/MG. Elaborado por Júlio César Duarte. Belo Horizonte, novembro de 2007.

MMA/SBF/Núcleo Cerrado e Pantanal. Relatório Socioeconômico e Fundiário Visando Criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na Região Norte de Minas Gerais (Municípios de Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas. Elaborado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 25 volumes. São Paulo, agosto de 2013.

MORAES, M.D.C. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: Modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODÓI, E.P.; MENEZES, M.A.; NOGUEIRA, M.C.R. Gerais adentro e a fora: Identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2009, 233p.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). Apresentação do caderno Terra de quilombos da ABA. In Terra de quilombos. Rio de Janeiro: Decania CFCH/UFRJ, 1995

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto 4.887: Regulamento para o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: DOU, 2003.

RIBEIRO, R.F. "Certão-Serrado": História ambiental e etnoecologia na relação entre populações tradicionais de Minas Gerais e o bioma do Brasil Central. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2001, 1190p.

RIBEIRO, R.F. Florestas anãs do sertão: o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.